

Rio de Janeiro 19 de Setembro 2019

Ao

INEA  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
Comissão de Licitação

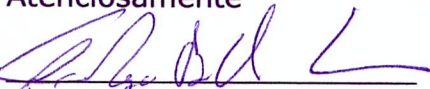
Ref.: Tomada de Preços Nº. 04/2019

Prezados Senhores,

Apresentamos, anexado, Recurso Administrativo contra a decisão de habilitar como vencedora a licitante SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ -SIMEPAR.

Total 8(oito) folhas

Atenciosamente



**Flavio Rego Bordalo Correia**  
Diretor

**GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS**

[freboco@gridlab.com.br](mailto:freboco@gridlab.com.br)

[www.gridlab.com.br](http://www.gridlab.com.br)

**Rio de Janeiro - RJ**

**(21) 3977-1051 / 3977-1276 / 9989-2432**

Recebido

---

Rio de Janeiro 18 de Setembro 2019

Ao

INEA  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
Comissão de Licitação

Ref.: Tomada de Preços Nº. 04/2019

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação do INEA.

GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA- CNPJ 02.820.771/0001-50, já qualificada na Tomada de Preços em referência, neste ato representada por seu sócio Flavio Rego Bordalo Correia, CPF/MF sob nº248.118.667-20, também já qualificado na mesma Tomada de Preços em referência, vem dentro do prazo legal, nos termos do item 16.1do Edital e do art. 109 , I 'a" , da lei 8666/93:

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;*

Interpor Recurso Administrativo contra a decisão de habilitar como vencedora a licitante SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ - SIMEPAR, expondo a seguir os fundamentos deste recurso.

## Fundamento do recurso- Salário mínimo profissional por categoria-

Anexo à documentação do Edital da Tomada de Preços em referência temos o **Anexo F - Planilha Orçamentária (tabela).pdf**, que apresenta os valores estimados pela Administração do INEA para execução dos serviços a serem contratados.

Valores estes baseados em tabelas da EMOP, com seus respectivos códigos.

Abaixo extraímos do Anexo F a parte do Produto P1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
 INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Operação da Sala de Situação do Inea com Serviço de Monitoramento Hidrometeorológico e Alerta de Cheias

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - DETALHAMENTO POR PRODUTO

10 - março 2019

PRODUTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	SUB-TOTAL	TOTAL c/ BDI
P1		OPERAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO	UR	1	89.928,00	89.928,00	104.316,48
1,01	05.105.0032-5	MAO-DE-OBRA DE METEOROLOGISTA JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	800,00	85,18	68.144,0000	79.047,04
1,02	05.105.0032-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	160,00	85,18	13.628,8000	15.809,41
1,03	01.050.0630-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA DE SISTEMA JUNIOR, PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	160,00	50,97	8.155,2000	9.460,03

Assim como nos outros produtos de P1 a P12, são apresentados os códigos EMOP para as três qualificações de MÃO DE OBRA:

**05.105.0032-5** MAO-DE-OBRA DE METEOROLOGISTA JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS

**05.105.0032-0** MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS

**01.050.0630-0** MAO-DE-OBRA DE ANALISTA DE SISTEMA JUNIOR, PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS

Cujos salários mínimos profissionais são estabelecidos pelas respectivas categorias profissionais.

2/8



- Considerando as duas primeiras qualificações, Meteorologista e Engenheiro/Arquiteto, os salários mínimos profissionais das mesmas são regulamentados pela **RESOLUÇÃO Nº 397, DE 11 AGO 1995 do Confea (Anexo 1)**, que transcrevemos abaixo os Artigos 4 e 5.

Art. 4º - Para efeito da aplicação dos dispositivos legais, as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais, relacionados no Art. 2º desta Resolução são classificadas em:

- a. atividades ou tarefas com exigência de 06 (seis) horas diárias de serviços;
- b. atividades ou tarefas com exigência de mais de 06 (seis) horas diárias de serviços.

Art. 5º - O Salário Mínimo Profissional para execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do Art. 4º da Resolução é de 06 (seis) vezes o Salário Mínimo comum, vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea "a" do Art. 3º desta Resolução, e é de 05 (cinco) vezes o Salário Mínimo comum, vigente no País, para os profissionais da alínea "b" do Art. 3º desta Resolução.

Parágrafo Único - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "b" do Art. 4º desta Resolução, o Salário Mínimo Profissional será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) para as horas excedentes das 06 (seis) horas diárias de serviços, tomando-se por base o custo de hora fixada no "CAPUT" deste artigo.


- Considerando que na qualificação de Meteorologista, além dos adicionais de 25% nas duas horas adicionais, para jornada de oito horas, existem adicionais noturnos.
- Considerando que os profissionais atuantes neste serviço são contratados pelo **regime CLT, segundo item 14.5 do Edital**. (abaixo transcrito).

*14.5 A contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no serviço.*

- Considerando que os encargos trabalhistas superam 70% (setenta por cento)

- Considerando os valores apresentados na Planilha Orçamentária nos itens de mão de obra, para Operação da Sala de Situação, pela empresa SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÀ -SIMEPAR não atendem aos valores estabelecidos de Salário Mínimo Profissional por categoria.

Abaixo Planilha Orçamentária para o Produto P1, que se repete em valores de Homem/Hora para os de P1 a P12, apresentados pela empresa SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÀ -SIMEPAR



Operação da Sala de Situação do Inea com Serviço de Monitoramento Hidrometeorológico e Alerta de Cheias

PLANILHA ORÇAMENTARIA - DETALHAMENTO POR PRODUTO

PRODUTO	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	SUB-TOTAL	TOTAL x1,00
P1		OPERAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO	UR	1	66.921,85	66.921,85	74.115,87
1.01	05.105.0032-5	MAO-DE-OBRA DE METEOROLOGISTA JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	800	62,16	49.728,00	55.573,76
1.02	05.105.0032-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	160	73,91	11.825,60	13.096,85
1.03	01.050.0630-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA DE SISTEMA JUNIOR, PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	160	33,55	5.368,00	5.945,05

## . DO PEDIDO

Em razão do exposto, solicitamos que seja revista a habilitação como vencedora da empresa SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÀ -SIMEPAR, pois os valores apresentados na Planilha Orçamentária para os códigos EMOP :

**05.105.0032-5** MAO-DE-OBRA DE METEOROLOGISTA JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS

**05.105.0032-0** MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS

**01.050.0630-0** MAO-DE-OBRA DE ANALISTA DE SISTEMA JUNIOR, PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS

não atendem aos salários mínimos profissionais determinados nas respectivas categorias profissionais.

N. termos.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 2019.

  
**FLAVIO RÉGO BORDALO CORREIA**  
 Sócio Administrador

## ANEXO 1



## **RESOLUÇÃO Nº 397, DE 11 DE AGOSTO DE 1995.**

Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.

**O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**, no uso das atribuições que lhe confere a letra "f" do Art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966,

CONSIDERANDO o disposto nos Arts. 24, 71, 72, 77 e 82, bem como o disposto na letra "a" do parágrafo único do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis: nº 4.076, de 30 de junho de 1962; 6.664, de 26 de junho de 1979; nº 6.835, de 14 de outubro de 1980 e na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966;

CONSIDERANDO que, de acordo com o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, as pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades de engenharia, arquitetura e agronomia através de profissionais legalmente habilitados, aos quais é assegurado o direito ao Salário Mínimo Profissional;

CONSIDERANDO as disposições do Código de Ética do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo, adotado pela Resolução nº 205, de 30 de setembro de 1971, do CONFEA;

CONSIDERANDO as solicitações das Entidades de Classe, dos CREAs, bem como a proposta apresentada durante a Jornada em Defesa do Piso Salarial, realizada juntamente com a 51ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia,

### **R E S O L V E:**

Art. 1º - É de competência dos CREAs a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.

Art. 2º - O Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima devida, por força de contrato de trabalho que caracteriza vínculo empregatício, aos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e Tecnólogos, com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREAs, desempenhados a qualquer título e vínculo, de direito público ou privado, conforme definidos nos Arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, no Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no Art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal, sob regime celetista.

Art. 3º - Para efeito de aplicação dos dispositivos legais, os profissionais citados no Art. 2º desta Resolução são classificados em:

- a. diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Arquitetura, de Agronomia, de Geologia, de Geografia, de Meteorologia e afins com curso universitário de 04 (quatro) anos ou mais;
- b. diplomados pelos cursos regulares superiores, mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Arquitetura, de Agronomia, de Geologia, de Geografia, de Meteorologia e afins, com curso universitário de menos de 04 (quatro) anos.





Art. 4º - Para efeito da aplicação dos dispositivos legais, as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais, relacionados no Art. 2º desta Resolução são classificadas em:

- a. atividades ou tarefas com exigência de 06 (seis) horas diárias de serviços;
- b. atividades ou tarefas com exigência de mais de 06 (seis) horas diárias de serviços.

Art. 5º - O Salário Mínimo Profissional para execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do Art. 4º da Resolução é de 06 (seis) vezes o Salário Mínimo comum, vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea "a" do Art. 3º desta Resolução, e é de 05 (cinco) vezes o Salário Mínimo comum, vigente no País, para os profissionais da alínea "b" do Art. 3º desta Resolução.

Parágrafo Único - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "b" do Art. 4º desta Resolução, o Salário Mínimo Profissional será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) para as horas excedentes das 06 (seis) horas diárias de serviços, tomando-se por base o custo de hora fixada no "CAPUT" deste artigo.

Art. 6º - As pessoas jurídicas que solicitarem registro nos CREAs, no ato da solicitação, ficam obrigadas a comprovar o pagamento de Salário Mínimo Profissional aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, bem como os demais profissionais abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREAs, através de demonstrativo próprio, não inferior ao Salário Mínimo Profissional estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966 e Art. 82 da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Parágrafo único - A pessoa jurídica que não atender o disposto no "caput" deste Art. será notificada e autuada, com os seus requerimentos aos CREAs ficando pendentes de decisão até que regularize sua situação relativa ao cumprimento do Art. 82 da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966.

Art. 7º - Anualmente, as pessoas jurídicas registradas nos CREAs comprovarão que todos os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geólogos ou Engenheiros Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas do seu quadro técnico estão recebendo salários que satisfazem o disposto na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966 e no Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Parágrafo único - A pessoa jurídica que não atender o disposto no "caput" deste Art. será notificada e autuada pelo CREA, por infração à legislação vigente.

Art. 8º - O não cumprimento da legislação sobre o Salário Mínimo Profissional detectado, quer diretamente, quer através de denúncia comprovada de profissionais, interessados ou das Entidades de Classe, importará na lavratura de autos de infração pelos CREAs, por infringência da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, do Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e da Resolução nº 205, de 30 de setembro de 1971, do CONFEA.

Art. 9º - A penalidade prevista para o profissional Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, Meteorologista e Tecnólogo, que na qualidade de empregador, sócio de empresa empregadora ou Responsável pela política salarial da entidade empregadora, não cumprir a obrigação do pagamento decorrente do Salário Mínimo Profissional, será de Advertência Reservada ou Censura Pública, conforme fixado no Art. 72, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, de acordo com o disposto no Código de Ética Profissional, instituído através da Resolução nº 205, de 30 de setembro de 1971, do CONFEA.





Art. 10 - A penalidade correspondente aos demais casos por infração aos dispositivos desta Resolução será fixada pela alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

§ 1º - A notificação do infrator para o pagamento da multa prevista neste Art., se fará na pessoa ou Órgão aos quais o profissional haja firmado o seu contrato de trabalho.

§ 2º - Fica assegurado o direito de lavratura do novo Auto de Infração, observando o disposto no Art. 10 da Resolução nº 207, de 28 de janeiro de 1972, do CONFEA.

§ 3º - Nos casos de reincidência comprovada, as multas referidas neste Art. serão aplicadas em dobro.

§ 4º - A Lavratura do auto de infração, de que trata este Art., será tantas quantas forem os profissionais que estiverem com remuneração inferior ao Salário Mínimo Profissional.

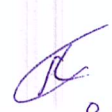
§ 5º - Os CREAs deverão impetrar ação pública contra administradores públicos que se negarem a cumprir a legislação por crime de responsabilidade, como prevê o Art. 1º, XIV, e § 1º do Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, independentemente das multas impostas.

Art. 11 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se a Resolução nº 309, de 27 de junho de 1986 e demais disposições em contrário.

**HENRIQUE LUDUVICE**  
Presidente

**JOÃO ALBERTO FERNANDES BASTOS**  
Vice Presidente

  
8/8